



CLIPPING INTERNET
29/05/2021 ATÉ 29/05/2021



INDÍCE

1	COMARCAS	
	1.1 BLOG DO WALISON.....	1
	1.2 BLOG GILBERTO LEDA.....	2
	1.3 BLOG LEONARDO CARDOSO.....	3
	1.4 PORTAL PINDARÉ.....	4
2	DECISÕES	
	2.1 BLOG GILBERTO LEDA.....	5
	2.2 BLOG LEONARDO CARDOSO.....	6
	2.3 BLOG MARCO DEÇA.....	7
	2.4 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	8
3	DESEMBARGADOR	
	3.1 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	9
4	INSTITUCIONAL	
	4.1 BLOG IRMÃO INALDO.....	10
	4.2 PORTAL DO MUNIM.....	11
	4.3 SITE JORNAL ITAQUI BACANGA.....	12
	4.4 SITE JORNAL PEQUENO.....	13
	4.5 SITE O MARANHENSE.....	14
5	JUÍZES	
	5.1 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	15 16
6	SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS	
	6.1 PORTAL PINDARÉ.....	17

Juízes e servidores do Fórum de Itapecuru-Mirim trabalham de forma remota

O juiz Marco André Tavares Teixeira, diretor do fórum de Itapecuru-Mirim, disciplinou o funcionamento dos serviços e atividades essenciais da comarca, no período de 25 a 31 de maio. A medida foi tomada diante do número de servidores da unidade que se encontram com sintomas de Covid 19 e os que estão no grupo de risco com comorbidade.

O atendimento virtual pelas secretarias judiciais ocorrerá no horário das 8h às 18h, nos dias úteis pelo gabinete virtual, e-mail das varas e telefones dos secretários judiciais disponibilizados no site do Poder Judiciário.

Fica estabelecido o regime de trabalho remoto com a suspensão da visitação pública e do atendimento presencial do público externo, no âmbito das unidades jurisdicionais e administrativas no Fórum da Comarca de Itapecuru Mirim, ressalvado o atendimento por telefone ou outros meios eletrônicos disponíveis, no período referenciado no art. 1º desta Portaria.

Os prazos processuais que se iniciam ou se encerram no período mencionado ficam automaticamente prorrogados para o primeiro dia útil posterior. Os prazos dos processos judiciais e administrativos que tramitam em meio eletrônico permanecem inalterados.

As audiências já designadas no período da vigência desta Portaria serão realizadas por meio de videoconferência. As partes e seus procuradores devem solicitar o link de acesso à sala virtual da unidade, caso não esteja disponível nos próprios autos, através de e-mail. E ficarão responsáveis pelas condições técnicas dos equipamentos e conexão que venham a utilizar.

Permanece em vigor o trabalho remoto dos magistrados, servidores e colaboradores, atendendo ao disposto nas Resoluções CNJ nº 313 e nº 314/2020, no Ato Presidência-GP nº 62020 e nº 132021, nas Portarias-Conjuntas n.º 14 e n.º 16, e nas Resoluções GP nº 22 e 25/2020.

A Portaria nº 1967/2021, de 26 de maio, foi assinada pelo juiz diretor do fórum.

Assessoria de Comunicação
Corregedoria Geral da Justiça
asscom_cgj@tjma.jus.br

TJ mantém decisão que reconduziu Calvet Filho em Rosário

O desembargador Marcelo Carvalho, do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), indeferiu nesta sexta-feira, 28, um pedido da Câmara Municipal de Rosário e manteve decisão da uíza Karine Lopes de Castro, titular da 1ª Vara da Comarca de Rosário, que determinou o retorno do prefeito da cidade, Calvet Filho (PSC), ao cargo.

Ele havia sido afastado há pouco mais de uma semana passada, por decisão da Câmara Municipal. Mas retornou após despacho da magistrada na segunda-feira, 24.

Ao recorrer, a Câmara, presidida pelo vereador Carlos do Remédio (PCdoB), tentava reaver os efeitos do julgamento de cassação de Calvet.

Entenda o caso

Na decisão agora mantida pelo TJMA, a juíza Karine Lopes deu razão aos três principais argumentos da defesa do prefeito de Rosário: de que os vereadores descumpriram o rito regimental ao dar um único voto, cada, para todas as acusações contra o gestor; ao votar nominalmente, quando a votação deveria ser secreta; e ao se permitir que o presidente votasse mesmo sem ter havido necessidade de voto de minerva - o que acabou contribuindo para que se chegasse aos 2/3 de votos exigidos para a cassação.

“Assim, DEFIRO a tutela de urgência pleiteada pelo autor, em caráter liminar, e determino a suspensão dos efeitos da votação ocorrida na sessão extraordinária no 006/2021, realizada no dia 19/05/2021 e suas consequências, sobretudo a cassação dos mandatos de Prefeito Municipal do Município de Rosário. Com tal fundamento, determino a suspensão do Decreto Legislativo no 02 de 19/05/2021 (Id. 46067190) e do termo especial de compromisso e posse do prefeito interino do município de Rosário, ocorrida na Sessão Extraordinária ocorrida em 19/05/2021 (Id. 46067188) e os demais atos subsequentes e concatenados, reflexos da cassação”, decidiu a magistrada.

TJ mantém decisão que reconduziu Calvet Filho em Rosário

O desembargador Marcelo Carvalho, do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), indeferiu nesta sexta-feira, 28, um pedido da Câmara Municipal de Rosário e manteve decisão da uíza Karine Lopes de Castro, titular da 1ª Vara da Comarca de Rosário, que determinou o retorno do prefeito da cidade, Calvet Filho (PSC), ao cargo.

Ele havia sido afastado há pouco mais de uma semana passada, por decisão da Câmara Municipal. Mas retornou após despacho da magistrada na segunda-feira, 24.

Ao recorrer, a Câmara, presidida pelo vereador Carlos do Remédio (PCdoB), tentava reaver os efeitos do julgamento de cassação de Calvet.

Entenda o caso

Na decisão agora mantida pelo TJMA, a juíza Karine Lopes deu razão aos três principais argumentos da defesa do prefeito de Rosário: de que os vereadores descumpriram o rito regimental ao dar um único voto, cada, para todas as acusações contra o gestor; ao votar nominalmente, quando a votação deveria ser secreta; e ao se permitir que o presidente votasse mesmo sem ter havido necessidade de voto de minerva - o que acabou contribuindo para que se chegasse aos 2/3 de votos exigidos para a cassação.

“Assim, DEFIRO a tutela de urgência pleiteada pelo autor, em caráter liminar, e determino a suspensão dos efeitos da votação ocorrida na sessão extraordinária no 006/2021, realizada no dia 19/05/2021 e suas consequências, sobretudo a cassação dos mandatos de Prefeito Municipal do Município de Rosário. Com tal fundamento, determino a suspensão do Decreto Legislativo no 02 de 19/05/2021 (Id. 46067190) e do termo especial de compromisso e posse do prefeito interino do município de Rosário, ocorrida na Sessão Extraordinária ocorrida em 19/05/2021 (Id. 46067188) e os demais atos subsequentes e concatenados, reflexos da cassação”, decidiu a magistrada.

Hackers Bolsonaristas invadem reunião de MP, Judiciário e prefeitos

Nesta sexta-feira, 28, hackers bolsonaristas invadiram uma reunião do Ministério Público, Judiciário e Federação dos Municípios do Estado do Maranhão com prefeitos.

Na reunião, eles tratavam de ações de combate à pandemia do coronavírus no Maranhão.

TJ-MA nega pedido da Câmara Municipal de Rosário e mantém decisão da Juíza Karine Lopes

O desembargador Marcelo Carvalho, do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), indeferiu nesta sexta-feira, 28, um pedido da Câmara Municipal de Rosário e manteve decisão da uíza Karine Lopes de Castro, titular da 1ª Vara da Comarca de Rosário, que determinou o retorno do prefeito da cidade, Calvet Filho (PSC), ao cargo.

Ele havia sido afastado há pouco mais de uma semana passada, por decisão da Câmara Municipal. Mas retornou após despacho da magistrada na segunda-feira, 24.

Ao recorrer, a Câmara, presidida pelo vereador Carlos do Remédio (PCdoB), tentava reaver os efeitos do julgamento de cassação de Calvet.

Entenda o caso

Na decisão agora mantida pelo TJMA, a juíza Karine Lopes deu razão aos três principais argumentos da defesa do prefeito de Rosário: de que os vereadores descumpriram o rito regimental ao dar um único voto, cada, para todas as acusações contra o gestor; ao votar nominalmente, quando a votação deveria ser secreta; e ao se permitir que o presidente votasse mesmo sem ter havido necessidade de voto de minerva - o que acabou contribuindo para que se chegasse aos 2/3 de votos exigidos para a cassação.

“Assim, DEFIRO a tutela de urgência pleiteada pelo autor, em caráter liminar, e determino a suspensão dos efeitos da votação ocorrida na sessão extraordinária no 006/2021, realizada no dia 19/05/2021 e suas consequências, sobretudo a cassação dos mandatos de Prefeito Municipal do Município de Rosário. Com tal fundamento, determino a suspensão do Decreto Legislativo no 02 de 19/05/2021 (Id. 46067190) e do termo especial de compromisso e posse do prefeito interino do município de Rosário, ocorrida na Sessão Extraordinária ocorrida em 19/05/2021 (Id. 46067188) e os demais atos subsequentes e concatenados, reflexos da cassação”, decidiu a magistrada.

TJ-MA nega pedido da Câmara Municipal de Rosário e mantém decisão da Juíza Karine Lopes

O desembargador Marcelo Carvalho, do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), indeferiu nesta sexta-feira, 28, um pedido da Câmara Municipal de Rosário e manteve decisão da uíza Karine Lopes de Castro, titular da 1ª Vara da Comarca de Rosário, que determinou o retorno do prefeito da cidade, Calvet Filho (PSC), ao cargo.

Ele havia sido afastado há pouco mais de uma semana passada, por decisão da Câmara Municipal. Mas retornou após despacho da magistrada na segunda-feira, 24.

Ao recorrer, a Câmara, presidida pelo vereador Carlos do Remédio (PCdoB), tentava reaver os efeitos do julgamento de cassação de Calvet.

Entenda o caso

Na decisão agora mantida pelo TJMA, a juíza Karine Lopes deu razão aos três principais argumentos da defesa do prefeito de Rosário: de que os vereadores descumpriram o rito regimental ao dar um único voto, cada, para todas as acusações contra o gestor; ao votar nominalmente, quando a votação deveria ser secreta; e ao se permitir que o presidente votasse mesmo sem ter havido necessidade de voto de minerva - o que acabou contribuindo para que se chegasse aos 2/3 de votos exigidos para a cassação.

“Assim, DEFIRO a tutela de urgência pleiteada pelo autor, em caráter liminar, e determino a suspensão dos efeitos da votação ocorrida na sessão extraordinária no 006/2021, realizada no dia 19/05/2021 e suas consequências, sobretudo a cassação dos mandatos de Prefeito Municipal do Município de Rosário. Com tal fundamento, determino a suspensão do Decreto Legislativo no 02 de 19/05/2021 (Id. 46067190) e do termo especial de compromisso e posse do prefeito interino do município de Rosário, ocorrida na Sessão Extraordinária ocorrida em 19/05/2021 (Id. 46067188) e os demais atos subsequentes e concatenados, reflexos da cassação”, decidiu a magistrada.

OAB garante acesso à Justiça a cidadãos e segurança jurídica a advogados

Foi revogada ontem pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, a pedido da Seccional Maranhense da OAB, a Resolução 43/17 que recomendava o uso da plataforma consumidor.gov e que infelizmente era utilizada por alguns julgadores para extinguir processos sem resolução do mérito, violando gravemente princípios constitucionais e inequívoca violação ao princípio do acesso à justiça.

"O sentimento é de trabalho cumprido, de fortalecer ainda mais a valorização da advocacia e garantir o acesso à Justiça ao cidadão e cidadã", afirmou Thiago Diaz. Ele completou que a Ordem é, e sempre será favorável aos métodos alternativos de solução de conflitos (entre eles a conciliação), entretanto, exigir das partes a utilização de tais plataformas (dentre elas a consumidor.gov) importa em inequívoca violação ao princípio do acesso à justiça", Thiago Diaz.

Para o diretor-tesoureiro da OAB/MA, Kaio Saraiva, enfatizou que quem ganha é a advocacia que passa ter ainda mais segurança jurídica e a sociedade em geral. "A plataforma estava sendo indevidamente utilizada como fundamento para a extinção de processos judiciais, com evidente violação ao princípio constitucional de Acesso à Justiça", explicou. "Ganha todo mundo com essa decisão: o sistema jurisdicional, ganha a Advocacia, ganham os jurisdicionados, e ganha o próprio Poder Judiciário", complementou.

Participaram da reunião com o TJMA, os presidentes das Subseções de Bacabal, Andreia Furtado, e de Estreito, Allyson Rodrigues, representantes do poder Judiciário. O presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, reiterou o prejuízo à prestação jurisdicional e a importância do atendimento ao pleito de revogação da aludida resolução.

TJ e Assembleia Legislativa suspendem atividades presenciais

Desembargador Lourival Serejo.

MARANHÃO = O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Lourival Serejo, resolveu suspender todas as atividades presenciais, judiciais e administrativas, no âmbito do Poder Judiciário do Maranhão, no período compreendido entre os dias 29 de maio e 6 de junho de 2021, por meio da Portaria-GP - 3822021.

De acordo com a Portaria, as unidades administrativas e judiciárias funcionarão remotamente, das 8h às 18h, sendo vedada a realização de audiências e sessões presenciais, mantidas as audiências e sessões virtuais.

A Assembleia Legislativa do Maranhão também decidiu suspender o expediente presencial na Casa, a partir da próxima segunda-feira (31) até o dia 4 de junho. A suspensão temporária das atividades decorre do aumento do número de casos de internações pela Covid-19 na Grande Ilha de São Luís, além da possibilidade de esgotamento de leitos na rede de saúde.

De acordo com a Resolução Administrativa 459/2021, publicada no Diário Oficial do Poder Legislativo de quinta-feira (27), ficam temporariamente suspensos os serviços internos, as sessões ordinárias e extraordinárias, as reuniões das Comissões Permanentes, Temporárias e demais reuniões.

Dr. João Vinicius Aguiar é o novo juiz de Pindaré Mirim

A comarca de Pindaré Mirim agora conta com um novo juiz, é o doutor João Vinicius Aguiar dos Santos, ex-titular da comarca de Monção. Ele assumiu os trabalhos no município nesta semana.

O doutor João Vinicius Aguiar falou da expectativa dessa nova missão em ser o juiz titular da comarca de Pindaré. O juiz destacou ainda que nesse primeiro momento foram realizadas inspeções em cartórios e delegacia de polícia. O objetivo dele é reduzir a quantidade de processos conclusos e ainda digitalizar todo o acervo da comarca.

O juiz João Vinicius substitui o doutor Thadeu de Melo que era titular da comarca de Pindaré Mirim desde novembro de 2017. Ele assumiu a comarca de Santa Rita.

Pindaré-Mirim recebe Unidade Interligada de Registro Civil de Nascimento

O Município de Pindaré-Mirim recebeu na quinta-feira (27), em solenidade virtual, a instalação da Unidade de Registro Civil de Nascimento, que funciona na Maternidade Governador José Sarney. A unidade interligada de Pindaré-Mirim, a exemplo das outras unidades, vai possibilitar a emissão e a entrega da Certidão de Nascimento aos pais da criança recém-nascida ainda na maternidade. A iniciativa faz parte de um conjunto de ações que constituem a política de combate e erradicação do sub-registro civil de nascimento no Maranhão. A unidade de Pindaré é a 36ª em funcionamento no Maranhão.

A instalação, por videoconferência, contou com a participação do corregedor-geral da Justiça do Maranhão, desembargador Paulo Velten; do secretário de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular do Maranhão, Francisco Gonçalves; do secretário de Finanças de Pindaré-Mirim, Luís Ribeiro, representando o prefeito Alexandre Colares; do juiz auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça e supervisor do Núcleo de Registro Civil e Acesso à Documentação Básica, Anderson Sobral; e do juiz titular da Vara Única da Comarca de Pindaré-Mirim, João Vinicius Aguiar dos Santos.

Também integraram a solenidade de inauguração o presidente da Câmara Municipal, Antônio Lopes; o secretário de saúde de Pindaré-Mirim, Jakson Gomes; o presidente da Associação de Registradores de Pessoas Naturais, Devanir Garcia; a cartorária do 2º Ofício de Pindaré-Mirim, Isis Dequech; o diretor da Maternidade Governador José Sarney, Dogival Júnior; o assistente social integrante do Centro de Referência de Assistência Social, responsável pelo setor do cadastro único, Rafael Ribeiro; e a representante do Conselho Tutelar de Pindaré-Mirim, Cristiane Freitas;

De início, a cartorária Isis Dequech agradeceu o apoio de todos os envolvidos na instalação da unidade. “Foi um trabalho que contou com a colaboração incansável de todos, a exemplo da secretaria municipal de saúde e da Prefeitura Municipal de Pindaré-Mirim”, disse ela.

Devanir Garcia, da Associação de Registradores de Pessoas Naturais, destacou a quantidade de unidades em todo o Estado. “Não imaginávamos que iríamos tão longe. Além de Pindaré-Mirim, que hoje recebe esta unidade, vários municípios estão em fase de implantação, e assim a gente consegue estancar o problema do sub-registro em nosso Estado. Esse convênio entre os órgãos constituídos tem dado muito resultado e essa unidade poderá servir a outros municípios da região”.

ESFORÇO CONJUNTO

O juiz João Vinicius Santos ressaltou a importância de todos nesse projeto, haja vista que é algo que trará dignidade e respeito para todos na comarca e que se refletirá, inclusive, nas demandas judiciais.

Francisco Gonçalves, secretário de Estado de Direitos Humanos, enfatizou o esforço de todos: “Estamos vivendo

um momento difícil, dentro de uma pandemia, e esse esforço de todos deve ser celebrado, devemos comemorar cada vitória, e uma das vitórias é exatamente a ampliação dessa rede de registro civil. O registro garante acesso aos direitos e segurança das famílias, além de assegurar aos gestores municipais, dados que possibilitarão a aplicação de políticas públicas”.

Ao declarar instalada a unidade de Pindaré-Mirim, o corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten, observou que devemos transformar os momentos de crise em oportunidade. “Devemos atentar, ainda, para que o Executivo Municipal mantenha a unidade funcionando. Temos notícias de unidades que abrem, funcionam por um tempo e depois fecham. Só mudaremos essa realidade, se tratando de erradicação do sub-registro, quando essas unidades já estiverem incorporadas como patrimônio de todos, sem retrocesso nessa política”, finalizou Paulo Velten.

Assessoria de Comunicação
Corregedoria Geral da Justiça

Faccionado acusado de planejar ataque à órgãos públicos é preso em São Luís

O suspeito planejava em outubro de 2020 ataques em na capital maranhense

A Polícia Civil do Maranhão, na tarde da última quinta-feira(27) cumpriu mandado de prisão preventiva em desfavor de indivíduo investigado por integrar organização criminosa que em outubro de 2020 planejava organizar ataques contra sedes de órgãos público e veículos de transporte coletivo em São Luís.

Segundo o Departamento de Combate ao Crime Organizado (DCCO/SEIC), a prisão é um desdobramento da operação “São Luís Segura”, que na época conseguiu identificar e prender várias pessoas que integravam a organização. Na ocasião foram apreendidos cadernos de anotações e objetos eletrônicos que foram analisados e que resultou na prisão do investigado.

Ainda segundo com o DCCO, o alvo da prisão encontrava-se foragido, sendo possível a sua captura após conhecimento da Polícia Civil de que o mesmo havia dado entrada em um hospital público da grande ilha, após trauma decorrente de acidente de trânsito.

Com informações da SSP-MA

Apesar de UTIs lotadas, governo e prefeituras da Ilha não reforçam restrições

Gestões estadual e dos municípios da Grande São Luís, que têm taxa de ocupação de UTI acima de 97%, optaram por não apertar medidas restritivas

Apesar de UTIs lotadas, governo e prefeituras da Ilha não reforçam restrições

Governador Flávio Dino disse que Estado manterá medidas que já estavam em vigor desde a última segunda-feira (Divulgação)

São Luís - Nesta semana, os chefes dos poderes no Maranhão voltarão a se reunir para analisar novos números sobre a Covid-19 no estado e traçar ações de enfrentamento a pandemia. Enquanto isto, o governo estadual e as prefeituras dos municípios da Ilha de São Luís optaram por não adotar novas medidas que garantam o distanciamento social.

Na entrevista coletiva semanal do governador Flávio Dino (PCdoB) foram apresentados os dados sobre o novo coronavírus no Maranhão. Dos cenários, o considerado mais preocupante é da Ilha de São Luís com taxa de ocupação de leitos de UTI próximo ao 100% de lotação. Dos leitos de UTI da rede estadual, 97,40% estão ocupados. Dos leitos clínico, 90,04% com pacientes.

Além disto, a última semana foi de aumento do número de novos casos da doença e também dos óbitos. O Maranhão apresentou um aumento de 19% no número de mortes pela Covid-19. Segundo o boletim epidemiológico da sexta-feira, 28, 8.063 pessoas já perderam a vida para a doença.

Mesmo com um cenário com tendência crescente da pandemia, Dino decidiu não adotar novas medidas. Por mais uma semana, estão valendo os decretos em vigor há cerca de duas semanas. Com isso, o funcionamento do comércio serviços permanece das 9h às 21h, com exceções como supermercados, academias e bares e restaurante que têm horários diferenciados.

A capacidade de atendimento deve permanecer reduzida em 50%. O serviço público ainda funciona também com capacidade reduzida. Música ao vivo e eventos com até 100 pessoas continuam permitidos.

Pela decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), estados e municípios têm autonomia para tomarem decisões de enfrentamento a pandemia do novo coronavírus. Com isto, cabe aos governadores e prefeitos, se sentirem necessidade, adotar medidas sanitárias e restritivas.

Mesmo com situação delicada na Ilha de São Luís, os prefeitos de São Luís, Paço do Lumiar, Raposa e São José de Ribamar preferiram não adotar quaisquer medidas que garantam o distanciamento social.

Em São Luís, o prefeito Eduardo Braide (Podemos) anunciou somente a abertura de 10 novos leitos para atendimento de pessoas com Covid-19. O anúncio veio depois que o Ministério Público e a Defensoria Pública

fizeram vistoria no Hospital da Mulher, unidade de saúde da rede municipal destinados a receber pacientes com coronavírus.

Na vistoria, os órgãos constaram que no Hospital da Mulher existem 15 leitos de enfermaria inativos.

As gestões dos demais municípios focaram somente em garantir a aplicação das doses de vacinas que chegaram recentemente.

Mais

Diferente da entrevista coletiva semanal, o governador Flávio Dino reconheceu em reunião com chefes de poderes no estado que a situação do Maranhão na pandemia vem se agravando.

A reunião foi solicitada pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Lourival Serejo, que se disse preocupado com o cenário da Covid-19. No encontro, as autoridades decidiram focar na questão da vacinação no interior do estado. Existem 600 mil doses de vacinas que foram enviadas ao interior, mas ainda não foram aplicados ou não tiveram a aplicação das doses registrada no sistema do Ministério da Saúde.

Assembleia suspende atividades presenciais

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Maranhão decidiu suspender o expediente presencial na Casa, a partir da próxima segunda-feira, 31, até o dia 4 de junho. A suspensão temporária das atividades decorre do aumento do número de casos de internações pela Covid-19 na Grande Ilha de São Luís, além da possibilidade de esgotamento de leitos na rede de saúde.

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Othelino Neto (PCdoB), enfatizou que é dever do Parlamento zelar pela saúde de seus parlamentares e servidores, bem como da população maranhense. “Todos compreendemos a gravidade do momento e estamos mobilizados, no sentido de adotar as medidas necessárias para o enfrentamento do atual cenário da pandemia”, afirmou.

Continue lendo

em: <https://imirante.com/oestadoma/noticias/2021/05/29/mesmo-com-lotacao-em-utis-governo-e-prefeituras-nao-tomam-medidas/>

Onde o bicho pega

De regra, é preciso admitir, não estamos preparados para a derrota, em qualquer campo de atividade e em qualquer relacionamento. É que, desde muito cedo, nos ensinam, que, numa disputa qualquer, é preciso vencer, daí que nos condicionam, equivocadamente, para a vitória ao tempo em que não nos orientam para a derrota.

A verdade é que todos, naturalmente, ambicionamos vencer; e é compreensível que assim o seja, afinal vivemos numa sociedade competitiva, marca das sociedades capitalistas. Todavia, é preciso ter presente que uma história pessoal não é feita apenas com vitórias: perdemos aqui; ganhamos acolá, sendo essa, decerto, a lógica da vida.

Nada obstante, diante da inexorabilidade dos reveses, nas mais diversas contendas, recomenda o bom senso que os mais experientes nos preparem, desde a mais tenra idade, para a inevitabilidade das derrotas que permearão as nossas vidas.

Nessa senda, importa dizer, agora, no que verdadeiramente interessa para essas reflexões, que, num mundo de extremada competitividade, o “bicho pega” mesmo é quando perdemos a batalha para nós mesmos, para nossas fraquezas e idiosincrasias.

O conflito que internamente travamos, reconheçamos, é o mais difícil de ser vencido, disso inferindo-se que é preciso força mental redobrada para enfrentar os nossos medos, as nossas angústias.

De minha parte, devo admitir, não fui capaz, algumas vezes, de enfrentar as dificuldades impostas pela vida, sucumbindo, muitas vezes, por insegurança, por medo e por covardia, decorrência natural da minha fraqueza interior.

Nesse cenário, me apresentei para a disputa imaginando-me um forte contendor, mas constatei, depois, que fui adversário de mim mesmo, razão pela qual sucumbi, deixando a luta machucado, sofrido, arrasado - um trapo, enfim.

A vida do simples é boa, ensina a canção; e pode ser mesmo, desde que aceitemos as nossas limitações, compreendamos as nossas fraquezas, nos preparemos para os embates da vida e, no mesmo passo, aceitemos a inevitabilidade das derrotas, sobretudo quando elas decorrem das nossas frágeis armaduras interiores, as quais recomendam redobrados esforços para a luta diária, o que tenho feito há algum tempo, fruto da minha evolução pessoal.

Mas eu nem sempre fui assim, nem sempre me comportei como devia, daí que a vida para mim não era tão simples e nem era tão boa como nos dias presentes, o que só compreendi depois que superei os meus conflitos internos e os que eu tinha com o mundo.

Viver, portanto, pode não ser algo tão difícil, se compreendermos que, em face das derrotas - e mesmo diante de uma vitória -, é de rigor que assimilemos as lições ministradas no embate, as quais, certamente, nos

prepararão e nos fortalecerão para os inevitáveis combates vindouros.

Definitivamente, digo em arremate, não adianta a armadura de um gladiador, o revólver do Zorro, as mágicas do Mandrake, a ambição do Tio Patinhas, os cabelos de Sansão, o estilingue de David, a perspicácia do Mickey, a destreza do Super-Homem, as teias do Homem-Aranha e a força do Hulk, se não tivermos a capacidade de enfrentar o inimigo que habita em nós.

É isso.

José Luiz Oliveira de Almeida

Desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão

E-mail: jose.luiz.almeida@globo.com

blog: joseluz.almeida

O que é realmente importante na vida?

Faz bastante tempo que conclui que o que realmente importa na vida são os valores que cada um tem e que há sim como avaliar se estes valores se conformam com o bem ou com o mal. Não há que se relativizar.

Alguém pode ter como importante na vida a aquisição de riqueza material. Até aí não vejo problema. Trata-se de um desejo legítimo, porém a pergunta que se faz é: dinheiro para que? Para comprar o carro do ano, o imóvel de luxo, realizar as viagens mais fantásticas que o dinheiro pode oferecer? Mas aí outras perguntas se impõem: se é possível que o dinheiro possa suprir todos os desejos materiais do indivíduo, então quem tem muito dinheiro é plenamente realizado e feliz?

Bem, pesquisa realizada em 2011 pela Organização Mundial da Saúde - OMS, indica que países com maior renda, logo, mais ricos, têm maiores índices de pessoas com depressão, o que me leva a concluir que dinheiro não é o mais importante na vida.

Outra possibilidade: o amor seria o mais importante na vida. Continuo a achar que são os valores e explico porquê.

Suponhamos uma relação afetiva pautada no amor, mas que uma das partes não considere a fidelidade como algo importante. Suponhamos, ainda, que a parte traída descubra a infidelidade e resolva acabar com a relação, mesmo ainda nutrindo amor por aquela. Ora, um amor que não se sustente em valores, como a fidelidade e o respeito, tem muita chance de não ter sucesso efetivo, mesmo que a relação permaneça. Antes que alguém diga “mas quem ama perdoad”, afirmo que isso é relativo e trata-se de uma reação de cada indivíduo, não sendo correto concluir que “o não perdão” signifique “o não amor”. Claro, o perdão é um valor muito importante e deve ser praticado nessa e em outras situações, se possível. Todavia, quem não conseguir perdoar, mesmo amando o traidor, pode ter exercido outro valor importante: o amor-próprio.

Portanto, são os valores positivos a coisa mais importante na vida. Sobre esse prisma, fico me perguntando se o Brasil e demais países têm se preocupado com valores tão caros aos regimes democráticos na relação com a China. Penso que não.

Ninguém que exerça um cargo público no Brasil pode ousar em falar qualquer coisa sobre a China, que muitos acusam de irresponsabilidade, porque o país é o nosso maior parceiro comercial.

Então, quanto aos campos de reeducação/concentração dos uigures, prisão de jornalistas, limitação do direito de ir e vir, perseguição dos que ousam a se opor ao partido etc., de forma pragmática temos de fazer silêncio absoluto? Quanto aos valores das liberdades e da proteção do indivíduo às favas, o que importa é a balança comercial?

Diante disso, acho relevante lembrar que, antes da Alemanha invadir outros países, as relações comerciais iam muito bem, apesar das notícias que chegavam de perseguição aos judeus.

E me faz lembrar um poema, que diz assim: “Um dia vieram e levaram meu vizinho que era judeu/ Como não sou judeu, não me incomodei/ No dia seguinte, vieram e levaram meu outro vizinho que era comunista/ Como não era comunista, não me incomodei/ No terceiro dia vieram e levaram meu vizinho católico/ Como não sou católico, não me incomodei/ No quarto dia, vieram e me levaram, já não havia ninguém para reclamar”.

E antes que, pragmaticamente, alguém diga para deixar isso para lá, lembro também que o governo australiano, que vende commodities agropecuárias para a China, começou a reclamar e denunciar os abusos contra os direitos humanos naquele país, e que direitos humanos é para todos os humanos.

Sônia Maria Amaral Fernandes Ribeiro

Juíza de Direito

A Palmeira do Babaçu - IV

Quando da primeira expedição ao Maranhão em 1914, em companhia do oficial Luiz Morel, a bordo de um hydro-avião, o Sr. Charbonnel sobrevoou diversas regiões do estado. Conforme relato pessoal dele, em 1928, na Conferência que fez na Associação Comercial do Rio de Janeiro, que contou com presença do então governador do Estado Magalhães de Almeida: “Em primeiro lugar existem numerosos gêneros de agrupamentos de babaçus. Nas florestas onde o babaçu está misturado com outras plantas, nos vales, nas margens, nos planaltos e nas colinas. Pode-se escolher porque a matéria não falta. Naturalmente tornamo-nos para os povoamentos dos vales, isto é, para aqueles que se acham nas margens dos rios, esses caminhos que marcham para o mar.”

Considerando a falta de estradas para escoamento da produção e identificando um “povoamento” de babaçus localizado nas proximidades na chapada de Pinheiro, próximo às margens do rio Pericumã, cujas águas desaguam no oceano a poucas milhas de São Luís, com seu porto para escoamento da produção rumo à Europa, identificaram nessa região o local a ser implantada a primeira usina de beneficiamento do babaçu em terras brasileiras.

A Compagnie Française d'Entreprise que já havia sido criada na França, teve uma subsidiária registrada na Associação Comercial do Rio de Janeiro, sob o nome de Companhia Industrial e Agrícola de Pinheiro, uma sociedade anônima, cuja finalidade era a “exploração mecânica do coco babaçu e sua industrialização, nas terras devolutas do município de Pinheiro, concedidas pelo Governo do Estado à Compagnie Française d'Entreprise”. Faziam parte dessa sociedade, além do Sr. Charbonell, o Conde Pereira Carneiro, o Sr. Luiz Morel e o capitalista dr. Antonio Borges Leal Castello Branco, entre outros.

Para a implantação dessa indústria em terras maranhenses, a influência do jornalista Dunshee de Abranches junto às autoridades foi fundamental. À essa época, o juiz da cidade de Pinheiro e professor catedrático da Faculdade de Direito de São Luís, dr. Elisabetho Barbosa de Carvalho gozava de grande prestígio junto ao governador Magalhães de Almeida e sugeriu a cessão de terras devolutas em Pinheiro como atrativo à implantação do empreendimento. O Diário Oficial de 21 de maio de 1928, em seu anexo III, transcreve cópia do Termo de contrato:

“Termo de contrato que fazem o Estado do Maranhão e a Compagnie Française d'Entreprise para a concessão de terras devolutas no município de Pinheiro, para a exploração mecânica do coco babaçu e outros subprodutos (Lei nº 1.243 de 11 de abril de 1926). As terras em questão abrangem uma área aproximada de 22.500 hectares, resguardadas aquelas concessões anteriores e posses legais”.

O sétimo item do acordo registra ainda mais outros incentivos, denotando a enorme expectativa em ver instalado em solo maranhense um empreendimento desse vulto, para os padrões da época: “O governo isentará a companhia, pelo espaço de 20 anos, dos impostos estaduais e municipais, sobre os subprodutos da casca do coco babaçu que não são atualmente taxados pela lei orçamentária em vigor, e dará o abatimento de 50% sobre os impostos estaduais e municipais daqueles produtos que, como o ácido acético e outras matérias de tinturaria e farmácias, embora taxados na tabela B da Lei orçamentária vigente, não são agora absolutamente produzidos no estado”.

A notícia da chegada de uma fábrica para o beneficiamento do coco babaçu, e ainda mais com a possibilidade

de extração de inúmeros derivados, logo aguçou a curiosidade da população que acompanhou eufórica a chegada da primeira indústria química na região.

A usina, denominada Providência, foi instalada a cerca de 22 km de distância da sede do município, na localidade Providência, nas imediações da chapada.

Mas, o que viria a produzir essa fábrica?

José Jorge Leite Soares

Ex-deputado estadual, membro da Academia Pinheirense de Letras e cônsul honorário da França em São Luís

A morte do delegado Stênio Mendonça e a história do crime organizado no Maranhão

Na época, foram 90 dias de manchetes seguidas do JP, sobre um caso que envolveu assassinatos, queima de arquivos e corrupção.

Um dos momentos marcantes do Jornal Pequeno, na área policial, foi a exaustiva cobertura sobre a história do Crime Organizado no Maranhão. Na época, foram 90 dias de manchetes seguidas do JP, além de muitas outras alternadas, sobre esse trabalho de fôlego da Secretaria da Segurança Pública do Estado, então comandada por Raimundo Soares Cutrim, com apoio do então governo Roseana Sarney, da Assembleia Legislativa, Tribunal de Justiça, Ministério Público e, principalmente, da população.

O ex-deputado estadual Zé Gerardo, depois de cassado, foi preso ao desembarcar em São Luís (Foto: Reprodução)

O ano era 1997, a Polícia do Maranhão estava mergulhada na lama, com policiais envolvidos em crimes e corrupção, quando houve o fato que mudou a história da nossa polícia: o assassinato do delegado Stênio Mendonça, num domingo ensolarado de maio daquele ano, em plena Avenida Litorânea.

A partir daí, o Jornal Pequeno entrou em cena e ajudou a desencadear o maior combate ao Crime Organizado até hoje visto no Maranhão.

Três dias depois do assassinato de Stênio, que ainda estava envolvido em grande mistério, o JP publicou, COM EXCLUSIVIDADE, um "Relatório Secreto da Morte do Delegado Stênio", feito por uma autoridade que até hoje mantemos o nome em sigilo.

O vazamento desse relatório, que revelava todos os passos da quadrilha que organizou a execução do delegado Stênio Mendonça, provocou a queda do então delegado Sebastião Cabral, que havia sido designado para conduzir o inquérito e encontrava enormes dificuldades para elucidar o assassinato.

O relatório incriminava o famoso Bando Bel, que, posteriormente, foi executado próximo a Santa Inês, como queima de arquivo. A situação da Polícia era crítica. Foi então que o diretor de Redação do JP, Lourival Bogéa, que recebeu o relatório secreto, juntamente com o jornalista Walter Rodrigues (já falecido) e o então corregedor geral de Justiça Jamil Gedeon (hoje desembargador) sugeriram a Roseana Sarney que nomeasse Raimundo Cutrim como secretário da Segurança.

Cutrim tinha feito um grande trabalho como assessor especial do Detran-MA, à época comandado pelo Coronel Ventura, desvendando a Máfia dos Fiéis Depositários. No auge desse trabalho, novamente estava o Jornal Pequeno, publicando, com exclusividade, uma LISTA DE OURO DOS FIÉIS DEPOSITÁRIOS, que envolvia políticos, policiais, empresários e profissionais liberais. Foi um estouro, que resultou, inclusive, em ameaças ao

jornalista Lourival Bogéa.

Cutrim era também assessor especial do Ministério Público Estadual e trabalhava alinhado com Jamil Gedeon. Roseana Sarney aceitou a indicação e Cutrim virou secretário da Segurança Pública. E foi ele um divisor de águas na Polícia do Maranhão. Mudou a cara da Secretaria da Segurança e iniciou, então, a primeira grande missão de combate ao Crime Organizado, com todo apoio possível.

Raimundo Cutrim acabou com os 'delegados calça curta' (indicados e protegidos por políticos) e criou uma equipe de delegados concursados. Informatizou ainda os registros de ocorrência, numerando os inquéritos, o que não existia na polícia - os inquéritos não possuíam numeração. E foram várias operações, que resultaram na prisão de políticos importantes, policiais, empresários e advogados. Um trabalho que jamais deve ser esquecido.

Maranhão viveu momento histórico no auge da CPI do Crime Organizado

Numa decisão inédita no Maranhão, a Assembléia Legislativa cassou, no ano de 1999, o mandato de dois deputados - José Gerardo de Abreu e Francisco Caíca - por falta de decoro parlamentar, acusados como líderes do crime organizado no Estado.

Raimundo Cutrim, investido no cargo de secretário da Segurança Pública, foi um divisor de águas na Polícia do Maranhão (Foto: Reprodução)

A Comissão Parlamentar de Inquérito do Crime Organizado realizou trabalhos de investigação, iniciados em meados de 1999, com o objetivo de apurar todo tipo de crimes que à época vinham se avolumando à sombra da impunidade.

A idéia, amadurecida na Assembleia Legislativa, no Ministério Público e no Poder Judiciário, era a de que fossem exemplarmente punidos todos os culpados. Além da cassação dos mandatos de Zé Gerardo e Chico Caíca, a CPI do Crime Organizado foi encerrada, no final de novembro de 1999, com o pedido de indiciamento de 53 pessoas, entre elas o ex-deputado Hemetério Webá, cinco prefeitos, 10 policiais e ex-policiais, dois empresários, além de bandidos reconhecidamente envolvidos com crimes no Estado.

Continue lendo

em: <https://jornalpequeno.com.br/2021/05/29/a-morte-do-delegado-stenio-mendonca-e-a-historia-do-crime-organizado-no-maranhao/>

Portaria suspende atividades presenciais de 29 de maio a 6 de junho

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Lourival Serejo, resolveu suspender todas as atividades presenciais, judiciais e administrativas, no âmbito do Poder Judiciário do Maranhão, no período compreendido entre os dias 29 de maio e 6 de junho de 2021, por meio da Portaria-GP - 3822021.

De acordo com a Portaria, as unidades administrativas e judiciárias funcionarão remotamente, das 8h às 18h, sendo vedada a realização de audiências e sessões presenciais, mantidas as audiências e sessões virtuais.

A Portaria-GP - 3822021 foi assinada pelo presidente, considerando, dentre outras situações, que a contaminação pela Covid-19 já provocou a suspensão do expediente forense em diversas comarcas do Maranhão, bem como em unidades judiciárias da Comarca da Ilha de São Luís.

O desembargador Lourival Serejo levou em consideração a elevação de casos de Covid-19 e a alta ocupação de leitos de UTI no Maranhão, conforme evidenciam os informes epidemiológicos divulgados pelas autoridades estaduais de Saúde, assim como a necessidade de resguardar a saúde de todos os magistrados, servidores, estagiários, colaboradores e demais usuários dos serviços judiciários.

Leia a íntegra da Portaria-GP - 3822021 com mais informações sobre plantão judiciário, expedição e cumprimento de mandados, suspensão de prazos de processos físicos judiciais e administrativos e fatos relacionados a outras atividades.